



Processo nº : 32.111/05 (B) (Volumes I e II)

Origem : 4ª Inspetoria de Controle Externo

Assunto : Estudos Especiais

Ementa : Estudos especiais determinado pelo item III da Decisão nº 5.225/2005, com o fim de analisar a obrigatoriedade de fazer constar nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade, as parcelas de que trata o art. 21 e seu parágrafo único, tendo em vista o disposto no art. 20, "ex-vi" do art. 1º, todos os dispositivos insertos na Lei nº 10.486/2002. Realização de Inspeção. Audiência do Ministério Público. Aprovação dos estudos. Ciência à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Determinação. Arquivamento dos autos.

RELATÓRIO

Na sessão Ordinária de 06.10.2005, ao apreciar o Processo nº 3.639/2004, o Tribunal proferiu a Decisão nº 5.225/2005, fl. 01, nos seguintes termos:

"... III - determinar à 4ª ICE que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente estudo, em autos apartados, quanto à obrigatoriedade de fazer constar nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade, as parcelas de que trata o art. 21 e seu parágrafo único, tendo em vista o disposto no art. 20, "ex-vi" do art. 1º, todos os dispositivos da Lei nº 10.486/2002. ..."

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

Em cumprimento ao item III da Decisão nº 5.225/2005, a 4ª ICE desenvolveu o alentado estudo visto às fls. 263/276:

"Trata o presente processo de Estudos Especiais determinado pelo Tribunal, por meio do item III da Decisão nº 5.225/2005 (fls. 1/2), com a finalidade de apresentar estudos quanto à obrigatoriedade de fazer constar nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade, as parcelas de que trata o artigo 21 e seu parágrafo único, tendo em vista o disposto no artigo 20, "ex-vi" do artigo 1º, todos os dispositivos insertos na Lei nº 10.486/2002.



2. *O Tribunal, por meio da Decisão nº 6.292/2005 (fl. 59), autorizou a 4ª ICE a realizar inspeção na Polícia Militar do Distrito Federal com a finalidade de obter esclarecimentos:*

[...] acerca da motivação para concessão da parcela VPNI e posterior suspensão do pagamento, indicando a partir de quando se iniciou o referido pagamento, a relação dos militares beneficiados e se outras parcelas temporárias, além da Etapa Alimentação, que têm sido pagas a título de VPNI, correspondente à diferença dos valores percebidos entre a remuneração e os proventos, quando da transferência dos militares para a inatividade.[...]

3. *Em cumprimento, a Inspetoria procedeu à designação dos servidores para efetuar a inspeção (fl. 61), bem como a apresentação destes ao Diretor de Inativos e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal (fl. 62). Ato contínuo, a 4ª ICE encaminhou a NOTA DE INSPEÇÃO Nº 01, de 24 de abril de 2006 (fl. 63), no qual solicitou as seguintes informações:*

[...] I - esclareça, circunstanciadamente:

a) a motivação para concessão da parcela VPNI – art. 21, parágrafo único, da Lei nº 10.486/2002 e posterior suspensão do pagamento;

b) se outras parcelas temporárias, além da Etapa Alimentação, eram pagas a título de VPNI, correspondente à diferença dos valores percebidos entre a remuneração e os proventos, quando da transferência dos militares para a inatividade;

II – indique, comprovadamente:

a) a partir de quando se iniciou o pagamento da VPNI em questão; e

b) a relação dos militares e pensionistas beneficiados.

2. Na impossibilidade de atendimento da presente solicitação, esse órgão deverá informar, por escrito e no prazo estabelecido no parágrafo anterior, as razões que justifiquem o descumprimento da obrigação. [...]

4. *Em atendimento, a PMDF encaminhou o documento de fls. 65/69, tempestivamente, em que apresenta as seguintes justificativas:*

I – em relação ao item “I.a”, a Corporação informou que ‘a motivação para a concessão da VPNI de que trata o artigo 21, parágrafo único, da Lei nº 10.486/2002 encontra-se respaldada



na simples interpretação do que estabelece a novel lei de vencimentos'. Ainda, entendeu e argumentou que o parágrafo 4º do artigo 20 da Lei nº 10.486/2002 garantiu a incorporação aos proventos de algumas parcelas percebidas na atividade, haja vista que os proventos serão calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu o ato de sua transferência para a inatividade (reserva remunerada ou reforma), conforme disposto nesse artigo;

II – trouxe à baila o pagamento da Gratificação de Função de Natureza Especial – GFNE, com manifestação favorável à transformação dessa parcela em VPNI. Informou que essa parcela deixou de ser paga em função do entendimento manifestado pela Controladoria Geral da União – CGU;

III – em resposta ao item “I.b”, a Corporação esclareceu que podem ter sido pagas como VPNI, correspondente à diferença dos valores percebidos entre a remuneração e os proventos, quando da transferência dos militares para a inatividade, as parcelas referentes à Gratificação de Função de Natureza Especial, Gratificação de Serviço Voluntário, Diária de Asilado, além da Etapa Alimentação;

IV – informou que o pagamento da VPNI iniciou-se com o advento da M.P. nº 2.218/2001, sendo suspensa em 1º de julho de 2005; e

V – encaminhou, em meio magnético (fl. 71), a relação dos militares que percebem a VPNI relativa à etapa alimentação, diária de asilado (fls. 72/79) e Gratificação de Função de Natureza Especial - GFNE (fl. 80).

5. *Este Corpo Técnico, tendo em conta que as informações solicitadas no item “II.b” da Nota de Inspeção nº 01 não foram satisfatórias, haja vista que a relação enviada contempla todas as VPNI, sem distingui-las, à exceção da GFNE, encaminhou à PMDF a Nota de Inspeção nº 02 (fl. 81), nos seguintes termos:*

I – presente, separadamente, relação dos militares e pensionistas beneficiados pela VPNI relativa à Etapa Alimentação, ou seja, os militares que tiveram o pagamento dessa parcela suspenso e os que ainda a percebem por determinação judicial ou por quaisquer outros motivos, e, nesses casos, anexar as respectivas decisões judiciais ou esclarecer a motivação para manutenção do pagamento.

6. *Em resposta a essa solicitação, a Corporação encaminhou, tempestivamente, os documentos de fls. 82/100 com a relação dos militares inativos que ainda percebem a VPNI em questão mediante decisão judicial (fl. 83), corroborados pelos de fls. 86/120. Contudo,*



não foi enviada a relação dos militares inativos e pensionistas que perceberam essa parcela até julho de 2005, razão pela qual foi encaminhada à PMDF, por esta Inspetoria, a Nota de Inspeção nº 03 (fl. 121) solicitando o envio dessa relação, no que foi prontamente atendida, tendo em vista os documentos de fls. 123/128.

7. *Com a finalidade de abarcar as hipóteses de concessão de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada correspondente à diferença dos valores percebidos entre a remuneração e os proventos, quando da transferência dos militares para a inatividade (reserva remunerada ou reforma) ou quando da concessão de pensão militar, esta Inspetoria encaminhou à jurisdicionada a Nota de Inspeção nº 04 (fl. 129), no sentido de que a Corporação apresentasse, se fosse o caso, a relação dos militares inativos e pensionistas beneficiados pela VPNI relativa à Gratificação de Serviço Voluntário. Em reposta, a jurisdicionada enviou os documentos de fls. 130/132.*

8. *De posse das informações encaminhadas pela Corporação, objetos das Notas de Inspeção nºs 01, 02, 03 e 04, passa-se à análise das questões suscitadas, decorrentes das justificativas apresentadas pela jurisdicionada e do item III da Decisão nº 5.225/2005 (fl. 1), com relação às Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada relativas à Gratificação de Função de Natureza Especial – GFNE, à Diária de Asilado, à Gratificação de Serviço Voluntário, ao Auxílio-Alimentação ou Etapa Alimentação e a 'obrigatoriedade de fazer constar nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade, as parcelas de que trata o art. 21 e seu parágrafo único, tendo em vista o disposto no art. 20, "ex-vi" do art. 1º, todos dispositivos da Lei nº 10.486/2002'.*

Da Gratificação de Função de Natureza Especial - GFNE

9. *O pagamento da Gratificação de Função de Natureza Especial – GFNE aos militares da ativa está previsto no artigo 1º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 10.486/2002 e sua definição encontra-se no artigo 3º, inciso VII, do mesmo diploma legal, in verbis:*

[...] Art. 1º A remuneração dos militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, compõe-se de:

...

III - gratificações:

a) de Representação;

b) de função de Natureza Especial;



c) de Serviço Voluntário.

...

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

...

VII - **gratificação de função de natureza especial** - parcela remuneratória mensal devida aos militares em cargo de função de natureza especial eventual, não podendo ser acumulável com a gratificação de serviço voluntário ou qualquer outra remuneração decorrente do exercício de função comissionada, conforme constante da Tabela II do Anexo III e regulamentado pelo Governo do Distrito Federal; [...] (grifamos)

10. *No tocante a essa parcela, em recente decisão, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, no Processo nº 2005.01.1.083418-2 (fls. 164/181) considerou que a Gratificação de Função de Natureza Especial - GFNE é devida aos militares distritais da ativa, em razão do exercício de função de natureza especial, sendo incompatível o seu pagamento nos proventos dos inativos. A própria jurisdicionada informou à fl. 68 que essa parcela deixou de ser paga em virtude do entendimento exarado pela Controladoria Geral da União no sentido de não ser possível a incorporação dessa vantagem na inatividade.*

11. *Por outro lado, verifica-se nos demonstrativos de rendimentos extraídos do SIAPE referentes ao mês de fevereiro de 2007 (fls. 196/204) que os militares inativos constantes da fl. 80 percebem a VPNI relativa à GFNE por meio de medida liminar nos Mandados de Segurança nºs 2005.01.1.103877-6 – fls. 182/186 - (Ronaldo Alves de Lima, Francisco Dal Molin da Rosa, Wellington Corsino do Nascimento e Paulo Afonso Braida), 2005.01.1.084989-6 – fls. 187/190 - (Francisco Meireles Braga, João Batista Borges e Fausto Pires Gayer) e 2005.01.1.084991-9 – fls. 191/195 - (Welison Sabino de Azevedo, João Carlos da Silva, João Coelho Vitola e Luiz Roberto Lobo Rodrigues).*

12. *Este Tribunal, por meio da Decisão nº 231/2006 (fl. 205), exarada no Processo nº 12.412/2005, considerou ilegais as incorporações aos proventos da inatividade de militar do Distrito Federal, em forma de VPNI, de valores correspondentes à Gratificação de Função de Natureza Especial eventualmente percebidos no serviço ativo, por falta de previsão legal para a incorporação da vantagem, pela ausência de vínculo com o cargo efetivo e por sua natureza temporária ou transitória, bem como determinou, na mesma Decisão, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF que excluísse dos proventos dos militares inativos a VPNI vinculada à percepção da gratificação em comento*



pelo militar na ativa.

13. *Quanto ao possível ressarcimento dos valores pagos a maior a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, relativa à Gratificação de Função de Natureza Especial, até a data da respectiva suspensão (1º.07.2005), entende-se que houve erro de interpretação dos dispositivos da Lei nº 10.486/2002 que regem a matéria, haja vista as informações constantes às fls. 65/69 e em razão da autuação deste Processo, sendo procedente a dispensa da reposição do indébito, nos termos do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF:*

Nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento.

14. *Assim, considerando que a matéria já foi objeto de decisão deste egrégio Tribunal, cabe alertar a PMDF de que não há previsão legal para a incorporação dessa vantagem aos proventos da inatividade, assim como para que informe a esta Corte de Contas, após o trânsito em julgado, o teor das Decisões prolatadas nos Mandados de Segurança nºs 2005.01.1.103877-6, 2005.01.1.084989-6 e 2005.01.1.084991-9.*

Da Diária de Asilado

15. *A questão do pagamento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada referente à Diária de Asilado está sendo objeto de inspeção no CBMDF e na PMDF, determinada pelo Tribunal por meio da Decisão nº 588/2006, no sentido 'verificar as razões da continuidade do pagamento da parcela Diária de Asilado, em descumprimento às determinações contidas nas Decisões TCDF nºs 756/2002 e 6.734/2003' (fl. 206), razão pela qual deixa-se de tecer maiores comentários acerca do tema.*

Da Gratificação de Serviço Voluntário

16. *A Gratificação de Serviço Voluntário está prevista e definida, respectivamente, nos artigos 1º, inciso III, alínea "c", e 3º, inciso VIII, da Lei nº 10.486/2002, in verbis:*

[...] Art. 1º A remuneração dos militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, compõe-se de:

...

III - gratificações:



- a) de Representação;
- b) de função de Natureza Especial;
- c) **de Serviço Voluntário.**

...

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

...

VIII - gratificação de Serviço Voluntário – parcela remuneratória devida ao militar que voluntariamente, durante seu período de folga, apresentar-se para o serviço de policiamento, prevenção de combate a incêndio e salvamento, atendimento pré-hospitalar ou segurança pública de grandes eventos ou sinistros, com jornada não inferior a 8 (oito) horas, na conveniência e necessidade da Administração, conforme regulamentação a ser baixada pelo Governo do Distrito Federal; [...] (grifamos)

17. *A Corporação, mediante documento de fl. 130, informou que não há militares inativos percebendo a VPNI relativa à Gratificação de Serviço Voluntário. No entanto, relatou a existência de pensionistas militares que a percebiam, equivocadamente, conforme se observa:*

Em pesquisa realizada no sistema verificamos que havia sim, alguns instituidores cujos beneficiários recebiam equivocadamente a referida pensão, porem a seção de Pensão Militar tomou providencias imediatas no sentido de corrigir tal anomalia [...]

18. *Por meio do documento de fls. 131/132, a Polícia Militar do Distrito Federal indicou a relação de instituidores de pensão militar, cujos beneficiários percebem a VPNI vinculada à Gratificação de Serviço Voluntário nos proventos pensionais. Também compõe tal documento o despacho do Diretor de Inativos e pensionistas da PMDF no qual suspende o pagamento da Gratificação de Serviço Voluntário dos benefícios que a tem incluída no cálculo do quantum pensional.*

19. *Em pesquisa realizada no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, observa-se que os beneficiários das pensões militares instituídas pelos ex-militares indicados à fl. 131, perceberam no mês de março de 2007 a parcela referente à Gratificação de Serviço Voluntário (fls. 137/163).*



20. Quanto ao ressarcimento dos valores pagos a maior a título de VPNI vinculada à percepção da Gratificação de Serviço Voluntário pelos ex-militares nominados à fl. 131 na ativa, até o pagamento referente ao mês de março de 2007, haja vista que a Corporação informou a suspensão do pagamento por meio de documento datado de 03.04.2007 (fls. 131/132), considerando que houve erro de interpretação da norma de regência, Lei nº 10.486/2002, haja vista a autuação deste Processo, sugere-se dispensá-lo, nos termos do já citado Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF.

Do Auxílio-Alimentação ou Etapa Alimentação

21. Vale lembrar que, no tocante à VPNI relativa ao Auxílio-Alimentação ou Etapa Alimentação, o ilustre relator do Processo nº 3.639/2004, Conselheiro Jorge Caetano, em seu voto (fls. 3/6), entendeu desnecessários os esclarecimentos solicitados pelo Corpo Técnico, tendo em conta que a natureza da VPNI constante daqueles autos é diferente daquela prevista no artigo 61 da M.P. nº 2.218/2001, convertida na Lei nº 10.486/2002, não obstante ser esse o fundamento legal da parcela contida no abono provisório referente àquela concessão. Destacou que a VPNI está fundamentada no parágrafo único do artigo 21 da citada norma legal, e diz respeito à eventual diferença apurada na passagem do militar para a inatividade (reserva remunerada ou reforma), em relação a outros direitos, não caracterizados como proventos, conforme disposto no § 4º do artigo 20 da Lei nº 10.486/2002. Desse modo, em relação à VPNI, esta Corte, por maioria e de acordo com o voto do relator, considerou regular, no primeiro momento, a consignação dessa vantagem, determinando a alteração do seu fundamento legal, de artigo 61 para artigo 21, parágrafo único, da Lei nº 10.486/2002.

22. Ainda a título de lembrança, a Corregedoria-Geral tem entendido, a exemplo dos Processos TCDF nºs 29.749/2005 (de interesse de José Ernando Galvão Santana) e 25.387/2005 (de interesse de Ivonaldo dos Santos França), cópias às fls. 7/18 e 19/49, respectivamente, que as parcelas transitórias não fazem parte dos direitos pecuniários dos militares transferidos para a inatividade remunerada, conforme se verifica à fl. 36.

23. A Procuradoria Geral do Distrito Federal, por meio do PARECER Nº 1.662/2005/PROPES/PGDF (fls. 207/217), manifestou entendimento na mesma linha da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, argumentando que a Lei nº 10.486/2002 indicou taxativamente as parcelas integrantes dos proventos, e que o Auxílio-Alimentação é devido pelo efetivo exercício da atividade militar, conforme disposto no Decreto nº 23.390/2002 (fl. 262).

24. O egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, acerca da matéria, tem decidido pela impossibilidade de incorporação do Auxílio-Alimentação aos proventos dos militares



inativados mediante transferência para a reserva remunerada ou reforma, a exemplo dos Processos nºs 2005.01.1.081872-9 (fls. 218/229), 2006.00.2.009745-0 (fls. 230/238) e 2005.01.1.081860-8 (fls. 239/253).

25. *Por fim, a questão encontra-se pacificada no Supremo Tribunal Federal – STF, por meio da Súmula nº 680 (fl. 254), tendo em vista que se trata de verba indenizatória e que esse benefício alimentar é devido aos servidores no exercício de suas funções (fls. 255/261), in verbis, 'O direito ao Auxílio-Alimentação não se estende aos servidores inativos.'*

26. *Esse é o sentido do Decreto nº 23.390/2002, que regulamentou o pagamento do Auxílio-Alimentação, ao prescrever que os militares do Distrito Federal farão jus ao pagamento desse auxílio enquanto estiverem no desempenho de atividades de natureza ou interesse policial-militar ou bombeiro-militar.*

27. *Quanto ao ressarcimento dos valores pagos a maior a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada relativa ao Auxílio-Alimentação ou Etapa Alimentação, até a data de suspensão do pagamento dessa parcela (1º.07.2005), considerando que houve erro de interpretação da norma vigente, Lei nº 10.486/2002, haja vista as informações constantes às fls. 65/69 e em razão da autuação deste Processo, sugere-se dispensá-lo (Enunciado nº 79 da Súmula de Jurisprudência do TCDF).*

Da Decisão nº 5.225/2005

28. *O Tribunal, por meio da Decisão nº 5.225/2005, determinou estudos quanto à 'obrigatoriedade de fazer constar nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade, as parcelas de que trata o art. 21 e seu parágrafo único, tendo em vista o disposto no art. 20, "ex-vi" do art. 1º, todos dispositivos da Lei nº 10.486/2002'.*

29. *Cabe registrar que a VPNI de que trata o artigo 61 da Lei nº 10.486/2002 é diferente da VPNI do artigo 21, § único da mesma Lei. Essa refere-se ao momento da transferência dos militares para a inatividade ou da concessão de pensão militar, sob a égide da nova legislação, assegurando ao inativo a percepção de proventos não inferiores à remuneração. Aquela, faz referência à alteração da estrutura remuneratória dos militares distritais, ou seja, eventual diferença apurada na remuneração, nos proventos ou no quantum pensional nos meses de setembro e outubro de 2001, em decorrência da aplicação da M.P. nº 2.218/2001, convertida na Lei nº 10.486/2002.*

30. *Os artigos 20 e 21, da Lei nº 10.486/2002 tratam das parcelas componentes dos proventos dos militares inativados mediante*



transferência para a reserva remunerada ou reforma, bem como prescreve que o militar distrital que for transferido para a inatividade terá seus proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu o ato de sua transferência, in verbis:

[...] Art. 20. Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das seguintes parcelas:

- I - soldo ou quotas de soldo;
- II - adicional de Posto ou Graduação;
- III - adicional de Certificação Profissional;
- IV - adicional de Operações Militares;
- V - adicional de Tempo de Serviço;
- VI - gratificação de representação.

...

§ 4º Os proventos do militar transferido para a inatividade serão calculados com base na remuneração correspondente ao cargo efetivo em que se deu o ato de sua transferência.

Art. 21. Além dos direitos previstos no art. 20, o militar na inatividade remunerada faz jus a:

- I - adicional-natalino;
- II - auxílio-invalidez;
- III - assistência pré-escolar;
- IV - salário-família;
- V - auxílio-natalidade;
- VI - auxílio-moradia;
- VII - auxílio-funeral.

Parágrafo único. Eventuais diferenças em razão do § 4º do art. 20, serão pagas a título de vantagem pessoal nominalmente identificadas. [...] (grifamos)

31. Os artigos 1º e 2º, da mesma Lei, respectivamente, enumeram as parcelas componentes da remuneração e os direitos pecuniários dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal,



conforme se observa:

[...] Art. 1º A remuneração dos militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, compõe-se de:

I - soldo;

II - adicionais:

- a) de Posto ou Graduação;
- b) de Certificação Profissional;
- c) de Operações Militares;
- d) de Tempo de Serviço, observado o art. 62 desta Lei;

III - gratificações:

- a) de Representação;
- b) de função de Natureza Especial;
- c) de Serviço Voluntário.

Parágrafo único. As tabelas de soldo, adicionais e gratificações são as constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 2º Além da remuneração estabelecida no art. 1º desta Lei, os militares do Distrito Federal têm os seguintes direitos pecuniários:

I - observadas as definições do art. 3º desta Lei:

- a) diária;
- b) transporte;
- c) ajuda de custo;
- d) auxílio-fardamento;
- e) auxílio-alimentação;
- f) auxílio-moradia;
- g) auxílio-natalidade;
- h) auxílio-invalidéz;
- i) auxílio-funeral;



II - observada a legislação específica:

- a) assistência pré-escolar;
- b) salário-família;
- c) adicional de férias;
- d) adicional natalino.

Parágrafo único. Os valores representativos dos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes nas tabelas do Anexo IV. [...]

32. *Assim, a própria Lei nº 10.486/2002 definiu quais as rubricas que compõem a remuneração dos militares distritais, quais sejam, soldo ou quotas de soldo, adicionais (de Posto ou Graduação, de Certificação Profissional, de Operações Militares e de Tempo de Serviço) e gratificações (de Representação, de Função de Natureza Especial e de Serviço Voluntário), previstos no artigo 1º, dessa Lei, bem como as parcelas que fazem parte do quantum pensional e dos proventos dos militares inativados mediante transferência para a reserva remunerada ou para a reforma, conforme disposto no artigo 20, da Lei nº 10.486/2002 - soldo ou quotas de soldo, Adicional de Posto ou Graduação, Adicional de Certificação Profissional, Adicional de Operações Militares, Adicional de Tempo de Serviço e Gratificação de Representação.*

33. *A VPNI de que trata o parágrafo único do artigo 21 da lei nº 10.486/2002, assegura aos militares inativados (reserva remunerada ou reforma) a percepção de proventos não inferiores à remuneração percebida na ativa, conforme disposto no artigo 1º dessa Lei, ou seja, somente as parcelas de caráter permanente percebidas pelo militar em atividade é que poderão ser consideradas para o cálculo da VPNI em questão.*

34. *Dessa forma, tendo em conta as considerações expendidas nos parágrafos anteriores, as parcelas previstas nos artigos 1º, inciso III, alíneas "b" e "c", e 2º, da Lei nº 10.486/2002, para fins de transferência para a inatividade (reserva remunerada ou reforma) ou de pensão militar, não devem ser consideradas para efeito de concessão da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, tratada no artigo 21, parágrafo único, dessa mesma Lei.*

35. *Nota-se que as rubricas listadas no artigo 21, da Lei nº 10.486/2002, são de natureza transitória, à exceção do Auxílio-Moradia (os militares percebem essa parcela na ativa ou na inatividade). Essas parcelas são pagas enquanto persistir a motivação para sua concessão. Cessado o motivo, suprime-se o pagamento. A título de exemplo, a parcela relativa ao Auxílio-*



Invalidez é concedida ao militar considerado inválido, que necessite de hospitalização permanente ou de assistência ou de cuidados permanentes de enfermagem. Se deixar de satisfazer essas condições, o Auxílio-Invalidez deverá ser excluído dos proventos.

36. *Além disso, a Decisão Normativa nº 02/93 – TCDF impõe que, nos demonstrativos de proventos, devem ser discriminadas, exaustivamente, as parcelas componentes dos proventos, quais sejam, Soldo ou Quotas de Soldo, Adicional de Posto ou Graduação, Adicional de Certificação Profissional, Adicional de Operações Militares, Adicional de Tempo de Serviço e Gratificação de Representação, previstas no artigo 20, da Lei nº 10.486/2002.*

37. *Entende-se, dessa forma, ser desnecessária a inclusão das parcelas previstas no artigo 21, da Lei nº 10.486/2002 nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade.”*

As sugestões ao egrégio Plenário são vistas às fls. 275/276, com as quais puseram-se de acordo o Diretor da 3ª divisão Técnica e a Inspetora da 4ª ICE, fl. 277.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Parquet, fls. 280/283, acolhe as sugestões do órgão técnico.

É o Relatório.



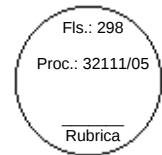
VOTO

Acompanho as conclusões do estudo elaborado pela 4ª ICE, acolhido pelo *Parquet*, com os ajustes que faço, e VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento dos estudos realizados pela 4ª ICE, inclusive dos resultados da inspeção realizada na PMDF, conforme autorização dada pela Decisão nº 6.292/2005;
- II - considere cumprida a determinação constante do item III da Decisão nº 5.225/2005;
- III - decida que:
 - a) não devem ser consideradas para efeito de cálculo da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, prevista no parágrafo único do art. 21 da Lei nº 10.486/2002, as parcelas previstas nos art. 1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 2º dessa mesma lei, em especial as referentes à Gratificação de Função de Natureza Especial, à Gratificação de Serviço Voluntário e ao Auxílio-Alimentação, por falta de expressa previsão legal;
 - b) é desnecessária a inclusão das parcelas previstas no artigo 21, *caput*, da Lei nº 10.486/2002 nos demonstrativos de proventos dos militares, para fins de apreciação da legalidade dos atos de inatividade;
- IV - dispense a devolução ao Erário dos valores eventualmente recebidos a maior a título da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, prevista no art. 21, parágrafo único, da Lei nº 10.486/2002, em razão da indevida inclusão da Gratificação de Função de Natureza Especial, do Auxílio-Alimentação e/ou da Gratificação de Serviço Voluntário no cálculo dessa vantagem, considerando que, no caso, houve falha de interpretação da norma de regência;
- V - dê ciência à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal do que vier a ser decidido no presente processo;
- VI - determine à Polícia Militar do Distrito Federal que acompanhe junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal o andamento dos Mandados de Segurança nºs 2005.01.1.103877-6,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



2005.01.1.084989-6, 2005.01.1.084991-9, 2005.01.1.121591-6
e 2005.01.1.121575-6, até decisões definitivas, com o trânsito
em julgado, adotando as providências pertinentes;

VII - autorize o arquivamento destes autos.

Sala das Sessões, de agosto de 2007.

JORGE CAETANO
Conselheiro-Relator